

Trajetórias de diretoras de grupos escolares do Maranhão

Maria das Dores Cardoso Frazão¹

RESUMO

Trata-se de resultado de pesquisa sobre a formação e as práticas de diretoras dos grupos escolares no Maranhão. Analisamos as memórias sobre a formação de diretoras dos grupos. Uma das questões investigadas foi de que modo as professoras se constituem diretoras? Desse modo, estudamos sua formação e trajetória profissional docente. O conceito de memória norteia os pressupostos teóricos da investigação uma vez que se trabalha com a perspectiva metodológica da História Oral. A memória também apresenta suas limitações, é uma reconstrução continuamente atualizada do passado. Realizamos entrevistas com diretoras que atuaram nos Grupos Escolares da capital e do interior maranhense. O estudo mostra a importância de conhecermos suas experiências, saberes e práticas.

Palavras-chave: grupos escolares; professoras; diretoras.

Trajectories of directors of school groups of Maranhão

ABSTRACT

This is the result of research on the training and practices of directors of school groups in Maranhão. We analyzed the memories about the formation of directors of the groups. One of the questions

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISSINOS. Professora do Departamento de Educação II, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero - GEMGe, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9367-739X>. E-mail: maria.dcf@ufma.br

investigated was how did the female teachers turn into directors? So we studied their educational background and professional trajectory. The concept of memory leads the theoretical assumptions of the investigation as it works with the methodological perspective of Verbal History. Memory also has its limitations, it is a continuously updated reconstruction of the past. Up to speed on this, I conducted interviews with female directors who worked in the School Groups in the capital and in the interior of Maranhão. The study shows the importance of knowing their experiences, knowledge and practices.

Keywords: school groups; teachers; directors.

Trayectorias de los directores de grupos escolares en Maranhão

RESUMEN

Este es el resultado de una investigación sobre la formación y las prácticas de los directores de grupos escolares en Maranhão. Analizamos las memorias sobre la formación de directores de los grupos. Una de las preguntas investigadas fue ¿cómo se constituyen los profesores como directores? Así, estudiamos su formación y trayectoria profesional docente. El concepto de memoria orienta los supuestos teóricos de la investigación una vez que se trabaja con la perspectiva metodológica de la Historia Oral. La memoria también presenta sus limitaciones, es una reconstrucción del pasado continuamente actualizada. Se realizaron entrevistas con directores que trabajaban en los Grupos Escolares de la capital y del interior de Maranhão. El estudio muestra la importancia de conocer sus experiencias, saberes y prácticas.

Palabras clave: grupos escolares; profesores; directores.

INTRODUÇÃO

Apresento uma parte da pesquisa sobre a formação e as práticas de diretoras que atuaram nos grupos escolares do Maranhão no período de 1960 a 1970. Elegemos a temporalidade, porque as diretoras entrevistadas atuaram como professoras a partir de 1960 e 1970. Analisamos as memórias sobre a formação de diretoras. Desse modo, buscamos conhecer suas trajetórias docentes. Portanto, este texto apresenta considerações acerca da formação e atuação profissional destas profissionais.

Trazemos elementos da trajetória profissional das diretoras na função de professoras. Convém registrar que entendo trajetória a partir da perspectiva analítica de Bourdieu (1996, p. 81, grifos do autor), para ele a "*trajetória* descreve a série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes". Tentar compreender uma vida como uma série única é quase tão absurdo quanto explicar um trajeto no metrô sem levar em consideração a estrutura da rede.

Não pressuponho abordar histórias de vida, pois aceito a advertência apresentada por Bourdieu (1996, p.74), para quem falar em história de vida "é pelo menos pressupor que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual."

Os fundamentos teóricos metodológicos da pesquisa sustentam-se na Memória e na História Oral. A respeito da relação entre História e Memória Jacques Le Goff (2003, p. 49) diz que "Tal como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração da história". Sobre a História Oral, Alberti (2013, p. xiv) explica que "qualquer tema contemporâneo e que ainda vivam aqueles (as) que têm algo a dizer sobre o assunto, é suscetível de ser estudado utilizando-a". Ela acrescenta que na História Oral ocorre a geração de documentos, por meio das entrevistas

Sendo assim, realizei entrevistas com as diretoras Maria do Socorro Leite Sampaio, Maria do Nascimento Abreu, Maria da Graça Silva Sousa, Eleodória Jacinta Cantanhêde, Eliete Monteiro Lima e

Eladir Lourdes Ferreira Pereira, que trabalharam nos municípios de Presidente Vargas, Timbiras, Presidente Juscelino, Itapecuru Mirim e São Luís. Nos seguintes Grupos Escolares Santa Luzia, Maranhão Sobrinho, Senador Vitorino Freire, Gomes de Sousa e Sotero dos Reis.

O desenvolvimento contempla: A formação de Professores (as) Primários no Maranhão. Nela, apresenta-se o percurso histórico de formação docente, os embates para a consolidação dos cursos, as mudanças no campo da legislação, o descompasso entre a legislação e as iniciativas para ampliação de escolas de formação. Em seguida, trata-se da trajetória das professoras, sua formação escolar, as escolhas profissionais e atuação na docência.

Neste artigo, não abarcaremos a atuação das professoras na posição de diretoras de grupos escolares. Ressalta-se que estas instituições escolares, criadas no Maranhão em 1903 convertidos, por força do artigo 3º da Lei nº 5.692 de 1971, em unidades escolares e centros escolares, tiveram significativa representação para a sociedade maranhense. Porém, neste texto, não discutiremos a história dos grupos escolares no Maranhão, mas poderá ser aprofundada no estudo de Silva (2015).

Os Grupos Escolares foram as primeiras instituições de ensino primário que contavam com um quadro de profissionais com funções específicas como porteiro e diretor (a). Sobre isso, Faria Filho (2014, p. 99, 100) argumenta que "o espaço do Grupo Escolar denota não apenas mudanças ou continuidades na forma de conceber a educação escolar e suas relações com a sociedade como um todo, mas também o aparecimento e fortalecimento de uma nova categoria profissional: a das diretoras". Sob essa, perspectiva, consideramos fundamental conhecer os percursos formativos dos professores primários no Maranhão e depois das diretoras.

A formação de professores (as) primários no Maranhão

A formação de docentes para atuar no Ensino Primário em terras maranhenses ocorreu de maneira tardia, como aludido por Motta e Nunes (2008), haja vista que a criação da Escola Normal só ocorreu em 1890, por meio do Decreto nº 21, de 15 de abril. Antes,

porém, ocorreram iniciativas para que se formassem professores (as) que atuariam no nível primário.

As duas primeiras tentativas de preparação do professor foram iniciativas pública e privada. A primeira, segundo Saldanha (2008), Motta e Nunes (2008), foi tomada pelo presidente da Província, tenente coronel Manoel Filizardo de Souza Melo (1839 a 1840), determinando a frequência obrigatória de professores (as) primários na aula de Pedagogia sob a responsabilidade de Felipe Benício d'Oliveira Condurú Almeida (1818-1878), tendo esse usufruído de bolsa de estudo na Europa, a fim de especializar-se no método Lancasteriano².

Sendo assim, instalou-se em 1840 no Convento do Carmo, local onde também funcionava o Liceu Maranhense, uma aula de Pedagogia, recebendo a denominação de Escola Normal. Embora com frequência obrigatória, determinada pelo governo, muitos (as) professores(as) primários recusaram-se a frequentá-la, pois eram contrários à utilização do Método Lancasteriano.

A cadeira de Pedagogia, sob a dependência administrativa do Liceu Maranhense, primeira experiência para formação de professor (a) primário, não logrou êxito, tanto que sua primeira turma era formada por 22 alunos-mestres, e quatro anos depois não houve procura por matrículas. O presidente da Província João José Moura Magalhães (1790-1850) ainda tentou mantê-la em funcionamento, sugeriu que fossem acrescentadas outras disciplinas, mas houve resistência por parte do inspetor da Instrução Pública, Dr. Casemiro José de Moraes Sarmiento, que acabou convencendo-o a encerrá-la. Por fim, ela foi desligada do Liceu e transformada em escola de primeiras letras (SALDANHA, 2008).

² De acordo com Giner apud Bastos (2005, p. 34), a difusão do método lancasteriano ou monitoral/mútuo está ligada à necessidade de extensão da educação a todas as classes sociais, propósito empreendido pelo iluminismo e posto em destaque nos nascentes sistemas educativos públicos do século XIX. "*O monitoral system* ou *méthode mutuelle*, nome adotado na França, baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos. Todos os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, estão reunidos num vasto local que é dominado pela mesa do professor, esta sob um estrado. Na sala estão enfileiradas as classes, tendo em cada extremidade o púlpito do monitor e o quadro-negro" (BASTOS, 2005, p. 36).

A outra iniciativa para formação de professores (as) ocorreu por parte da Sociedade 11 de Agosto. A Sociedade tinha objetivos educativos e beneficentes, fundada em 1870 e após quatro anos de atividades iniciou a organização de um Curso Normal.

De acordo com Saldanha (2008), o resultado dessa iniciativa privada foi ter os programas aprovados em 1874, porém, ela encerrou-se sem diplomar nenhum professor. Ademais, em 1882, a Sociedade finalizou suas atividades. Transcorridos oito anos, foi criada a primeira Escola Normal no Maranhão, no governo do Dr. José Tomás de Porciúncula. Conforme aludido, por meio do Decreto nº 21, de 15 de abril de 1890, que reorganizava o ensino público do Estado. O Curso iniciou em julho de 1890 com 16 alunas, passou a 29 alunas em 1891 e a 31 em 1892. Mas, a partir daí, ocorreu um decréscimo, chegando a oito alunas em 1895.

Findou-se a década de 1890 sem que ao menos uma normalista se dispusesse a trabalhar no interior maranhense. Talvez porque, para a época, com os costumes rígidos, não seria adequado a uma moça afastar-se da família. Tampouco, as condições de moradia, transporte e comunicação eram favoráveis às normalistas (SALDANHA, 2008).

A Escola Normal foi reestruturada em 1900, o curso passou a ser ofertado em quatro anos e depois em cinco séries, e as alunas realizavam duas vezes por semana as chamadas práticas de ensino. Porém, de acordo com Melo (2009), a Escola Normal teve suas atividades encerradas em 1914, devido aos poucos recursos públicos e a baixa frequência, além disso:

O seu curso foi transformado em curso profissionalizante no Liceu Maranhense, seus alunos se juntaram aos do Liceu, que se organizou em dois cursos: o Ginásial (sete anos de formação geral) e o Profissional (três anos de formação geral e um ano de estudos pedagógicos com aplicação prática na Escola Modelo) (MELO, 2009, p. 50).

A autora acrescenta que com a Reforma da Instrução Pública ocorrida em 1932, por meio do Decreto Estadual nº 250, a Escola Normal, embora funcionando no mesmo prédio do Liceu, teve seu

curso separado deste, mudanças no currículo, com disciplinas distribuídas em cinco anos, as quais foram mantidas até 1939, quando foi criado o Instituto de Educação do Maranhão.

Foram poucas as iniciativas para a formação de professores (as) no Maranhão, pois até 1939 contávamos com apenas duas instituições públicas, a Escola Normal em São Luís e em Caxias. A outra era de iniciativa privada, a Escola de Professor Primário, criada em 1916 e dirigida pela professora Rosa Castro (RODRIGUES, 2011).

Outras mudanças ocorreram na formação do (a) professor (a) por ocasião da criação do Instituto de Educação do Maranhão, por meio do Decreto nº 186, de 19 de janeiro de 1939. O Instituto compreendia as seguintes escolas:

- a) Escola Primária, com curso primário e pré-primário, cujo ensino seria ministrado no Curso de Aplicação e no Jardim de Infância Decroli;
- b) Escola Secundária, com dois cursos – fundamental e complementar, que seria, o ministrado no Liceu Maranhense, sob regime federal;
- c) Escola de Professor Primário;
- d) Escola de Professor Secundário.

Em seu artigo 7º, o Decreto nº 186, de 19 de janeiro de 1939, diz que o curso da Escola de Professor Primário seria feito em dois anos.

De acordo com Rodrigues (2011), a primeira alteração no Instituto de Educação do Maranhão ocorreu por meio do Decreto-Lei Estadual nº 826, de 30 de dezembro de 1943, em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei Federal nº 4.244, de 9 de abril de 1942. As alterações foram, segundo Melo (2009), as seguintes: O Instituto de Educação compreenderá: um Jardim de Infância, uma Escola Primária, um Colégio, uma Escola Normal, Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento para o magistério primário. A Escola Normal de Professor Primário passa a nominar-se Escola Normal, com objetivo de formar professores primários e o curso passa a ter três anos de duração,

De acordo com Romanelli (2008), as Escolas Normais até então não tinham diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal. Tal como o ensino primário, o ensino normal era assunto da alçada dos

Estados, permanecendo restritas as reformas efetuadas aos limites geográficos dos Estados que as promovessem.

A Lei Orgânica do Ensino Normal promulgada pelo Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, oficializou como finalidade do Ensino Normal: prover a formação do pessoal docente necessários às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (ROMANELLI, 2008).

Também foram criados os Institutos de Educação, que funcionariam com os cursos citados, além do Jardim de Infância e a Escola Primária anexos e os cursos de especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares. Esses cursos só poderiam funcionar nos Institutos de Educação, “seriam ministrados a fim de especializar professores para a educação pré-primária, ensino complementar primário, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas e música, assim como para habilitar pessoal em administração escolar” (ROMANELLI, 2008, p. 164).

A segunda reorganização do Instituto de Educação do Maranhão ocorreu por força do Decreto-Lei Estadual nº 1.462, de 31 de dezembro de 1946. Desse modo, foram estas as alterações:

- ✓ O Ensino Normal seria ministrado em dois ciclos. O primeiro para formação de regentes de ensino primário, em quatro anos, o segundo faria a formação de professores primários em três anos. Além de cursos de especialização para professores primários e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário.
- ✓ Seriam três tipos de estabelecimento de ensino normal: o Curso Normal Regional, a Escola Normal e o Instituto de Educação. O primeiro ministraria o primeiro ciclo do ensino normal; Escola normal destinava-se a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino primário. O Instituto de Educação, além dos cursos próprios da escola normal, ministraria ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

A preocupação em formar o (a) professor (a) primário para a administração escolar apareceu na mudança ocorrida por meio da criação do Instituto de Educação do Maranhão, em 1939, pois no currículo inseriu-se a disciplina Administração e Legislação do Ensino Primário. Em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 826, insere-se na 3ª série a disciplina Administração e Legislação Escolar. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.462, de 31 de dezembro de 1946, o Instituto de Educação ministraria entre seus cursos de aperfeiçoamento: Organização e Administração Escolar.

O percurso apresentado sobre a formação da professora primária nos fez perceber a escassez de iniciativas públicas para esse fim, já que até 1939 só havia duas instituições públicas e uma particular. Porém de acordo com Motta e Machado (2006), em 1957, no Maranhão existiam seis Cursos Normais de nível pedagógicos e dez de nível ginásial, sendo que na capital, o governo mantinha apenas a Escola Normal do Instituto de Educação, esse, por sua vez, fazia parte do núcleo educacional formado pelo Ginásio Feminino, Jardim de Infância Decroly, Grupo Escolar Gilberto Costa e Curso de Aplicação, que pela Lei nº 1.530, de 26 de abril de 1957, passou a denominar-se Curso de Aplicação do Ginásio Estadual do Instituto de Educação. Em âmbito nacional, em 1949, havia 540 escolas normais espalhadas no território nacional (ROMANELLI, 2008).

A preocupação com formação para administradores (as) escolares no país, como vimos, ocorre a partir da década de 1930, mais de trinta anos após terem sido criados os grupos escolares, onde uma das funções é a de diretor (a). Feitas essas considerações, busquei saber como ocorreu a formação de diretoras dos grupos.

Memórias de diretoras

A inserção da mulher como profissional da educação se deu no Brasil a partir da criação das Escolas Normais, no século XIX e no século XX, o magistério era uma das principais ocupações das mulheres. Há variados motivos para escolha da profissão: vocação ou até estratégia de ascensão (FAGUNDES, 2005, p. 57).

Em consonância a este pensamento, Alberti (1998) explica que as mudanças socioeconômicas, ocorridas do final do século XIX até

as primeiras décadas do novo século, ocasionadas pela implantação do regime republicano no Brasil, bem como o processo de urbanização e industrialização, pelas duas guerras mundiais e seus efeitos nas mentalidades da sociedade do período, e pelas conquistas tecnológicas representadas pela difusão dos meios de comunicação, coincidiram com a eclosão das reivindicações iniciais do feminismo, que ao chegar aqui e em outros países alertou para a opressão e desigualdade social a que estiveram submetidas as mulheres. Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitaria maior atuação política e social, a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e de profissionalização.

De acordo com Almeida (1998), nesse cenário, no mundo ocidental mais desenvolvido, a constatação da capacidade feminina para o trabalho fora do âmbito doméstico e o consequente ganho de autonomia que isso poderia proporcionar, aliada as necessidades de sobrevivência ditadas pelas circunstâncias, iniciaram uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca das mulheres que estiveram até então confinadas no espaço doméstico. Nessa perspectiva, procurei conhecer a formação profissional das diretoras, onde ocorreu, o motivo da escolha e a experiência na docência.

No Quadro 1, apresento os dados pessoais e funcionais das diretoras, que têm como perspectiva nos levar a pensar a própria posição do sujeito no campo. (BOURDIEU, 1996, p. 27) explica sobre a posição do agente no espaço social. Segundo ele,

[...] se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e, sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.

Quadro 1 – Dados pessoais e funcionais das diretoras

Nome	Local e data de nascimento	Formação	Estado civil/ número de filhos(as)	Município onde foi diretora	Instituição
Maria do Socorro Leite Sampaio	São Luís (MA) 18 de fevereiro de 1950	Curso Normal	Casada/ três	Presidente Vargas	GE Santa Luzia
Maria do Nascimento Ferreira Abreu	São Luís (MA) 15 de junho de 1949	Curso Normal	Casada/ dois	Presidente Vargas	GE Santa Luzia
Maria da Graça Silva Sousa	Codó (MA) 29 de dezembro de 1934	Curso Normal	Casada/ três	Timbiras	GE Maranhão Sobrinho
Eleodória Jacinta Cantanhêde	Axixá (MA) 3 de julho de 1931	Curso Normal	Solteira/ sem filhos	Presidente Juscelino	GE Senador Vitorino Freire
Eliete Monteiro Lima	Itapecuru Mirim (MA) 25 de maio de 1936	Curso Normal	Viúva/ quatro	Itapecuru Mirim	GE Gomes de Sousa
Eladir Lourdes Ferreira Pereira	São Luís (MA) 13 de fevereiro de 1940	Curso Normal, Filosofia, Letras e Pedagogia	Solteira/ sem filhos	São Luís	GE Sotero dos Reis.

Fonte: A autora, 2017

Das entrevistadas, quatro delas residem em São Luís, as demais nas cidades onde trabalharam como diretoras de grupos, três são naturais de São Luís; duas delas tiveram que trabalhar no interior, ao concluir o Curso Normal. Todas são Normalistas, sendo que quatro fizeram o Curso em São Luís, uma em Caxias (MA), uma em Morros (MA). Uma cursou Pedagogia, três são casadas, duas solteiras, uma viúva.

Quanto ao número de filhos, uma tem quatro filhos, duas têm três filhos, uma tem dois filhos e duas não tiveram filhos. Não foi possível precisar em todas as narrativas o tempo em que estiveram como diretoras dos Grupos Escolares. Mas a pesquisa com memória apresenta limitações. No entanto, Candau (2016) afirma o que passou não está definitivamente inacessível, mas precisamos reconhecer que a totalidade das memórias nos é inacessível.

O local de atuação das diretoras majoritariamente foi no interior do Estado, na zona urbana dos municípios dos Grupos Escolares, apenas, Eladir atuou no município de São Luís. Em se tratando de professoras de classe social pouco favorecida, elas contribuíram na renda familiar, bastante numerosa como assinalamos adiante nas narrativas de memória. Quanto à etnia das professoras, apenas duas manifestaram sofrer discriminação por serem afrodescendentes.

Diante disso, darei a conhecer algumas informações pessoais das diretoras, para problematizarmos algumas questões, uma delas, a proveniência socioeconômica porque formar uma professora não era algo acessível à todas as famílias, por isso, saber a formação escolar dos pais, profissão e o número de filhos(as) nos dá a dimensão do processo de tornar-se professora e depois diretora

Isso posto, ei-las pela ordem em que foram entrevistadas: Maria do Socorro Leite Sampaio, Maria do Nascimento Ferreira Abreu, Maria da Graça Silva Sousa, Eleodória Jacinta Cantanhêde, Eliete Monteiro Lima, Eladir Lourdes Ferreira Pereira.

A professora Maria do Socorro Leite Sampaio é filha de Lauro Bocaíúva Leite e Bernardina Santos Leite. Seu pai concluiu o Ginásio, era tipógrafo e proprietário de uma gráfica, fez cursos de atualização na Itália, na área em que atuava, sua esposa fez o curso Primário e era dona de casa. Socorro é a sexta filha do casal, seus irmãos e suas irmãs estudaram, alguns concluíram o curso superior, e um deles é dentista, mas não atua na área, trabalha como radialista e escritor.

Toda sua escolarização realizou-se em São Luís, o curso primário no Instituto Raimundo Cerveira, o Ginásio no Ateneu Teixeira Mendes e o Curso Normal no Instituto de Educação do Maranhão, concluindo-o em 1969, não houve interrupções em seu percurso escolar.

A propósito da escolha profissional, a diretora nos conta que pretendia cursar medicina, quando concluisse o Ginásio, porém o falecimento de seu pai e de sua madrinha fizeram-na mudar de rumo, pois seus pais custearam seus estudos até o Ginásio, após isso quem ficaria responsável seria sua madrinha ou a filha de sua madrinha, com essas perdas, a filha de sua madrinha conseguiu uma vaga para Socorro Leite no Instituto de Educação do Maranhão e lhe disse: “[..] eu também sou professora, tua madrinha era professora, então o certo é esse”. Socorro acrescenta que não continuou os estudos, pois precisou ir trabalhar em Presidente Vargas, afirma ter gostado da profissão e conclui: “[..] procurei sempre trabalhar bem, porque o certo era essa profissão pra mim, porque senão, eu abandonava”. (SOCORRO LEITE, 2016)

Apesar de não ter escolhido a profissão, Socorro Leite assegurou que o estudo teve um papel fundamental em sua vida, pois lhe assegurou um futuro melhor, independência financeira, sua sobrevivência. Ela entende que até influenciou na constituição de uma família. “O meu futuro precisou da minha formação profissional, a minha vida profissional, a minha vida familiar, tudo dependeu da minha profissão” (SOCORRO LEITE, 2016).

Acerca da formação recebida no Curso Normal, ela disse ter adquirido conhecimentos necessários para a docência e a função de direção. No estágio supervisionado, ela vivenciou a prática de direção de escola, docência e fiscalização do trabalho das professoras, uma das professoras de estágio era Luzenir Mata Roma, uma das mais exigentes. Havia provas teóricas e práticas, após as provas teóricas, se aprovadas, as alunas deveriam apresentar-se à diretora da escola, a partir daí, as alunas ocupar-se-iam das questões administrativas. Essa experiência lhe assegurou as condições necessárias para mais adiante assumir a direção do Grupo Escolar Santa Luzia, foi o que nos garantiu: “Eu assumi, eu estava preparada” (SOCORRO LEITE, 2016).

A respeito das capacidades, Beauvoir (2016) nos lembra que elas só se manifestam quando realizadas. Assim, as experiências é que permitiram a construção da autoconfiança das diretoras em seu processo de formação. Scott (1999) aponta que a experiência não é a origem da explicação, mas algo que queremos explicar. Nessa

abordagem interrogam-se os processos pelos quais os sujeitos são criados.

Socorro Leite não recorda dos livros que leu sobre administração escolar durante o Curso Normal, mas destaca o papel do estágio em sua formação. Ela estagiou na direção de grupos escolares de São Luís, nos bairros de Fátima, Liberdade, João Paulo e Monte Castelo. Por fim, conclui que o Curso Normal representou para si uma faculdade, e até hoje, não sentiu falta de cursar nível superior, acrescenta que a formação lhe assegurou os conhecimentos necessários para exercer todas as funções na esfera educacional.

Fez outros cursos, que hoje se entende por cursos de formação continuada, em Língua Portuguesa e Educação Física, estes dois duraram em torno de 4 meses. Ela almejava cursar medicina, mas pelos motivos expostos acima, acabou desistindo do objetivo, e acrescenta: “[...] mas aí me passou, vem filhos, a gente esquece da gente” (SOCORRO LEITE, 2016).

Acerca da relação entre maternidade e vida profissional, Beauvoir (2016, p. 193) aponta “embora advogadas, médicas, professoras consigam quem as auxilie em casa, o lar, os filhos representam para elas encargos e preocupações.”

Maria do Nascimento Ferreira Abreu é a filha caçula de Criméria do Nascimento Ferreira e João Ferreira, seus pais cursaram o primário. A mãe era dona de casa e o pai era lavrador. Dos dez irmãos e irmãs, todos (as) cursaram o então 2º grau, dos dez apenas dois são vivos. Sua escolarização realizou-se em São Luís, sem interrupções, cursou o primário no Grupo Escolar Antônio Vieira, o Ginásio no Matos de Carvalho e o Curso Normal na Escola Municipal Luís Viana, concluindo-o em 1970.

A razão da escolha profissional está ligada a situação econômica da família, ela me disse: “[...] Porque nessa época o pessoal pobre escolhia mais o curso de magistério para fazer. Eu escolhi o magistério porque meu pai trabalhava, mas ganhava pouco, aí eu tinha que trabalhar para ajudar”(MARIA DO NASCIMENTO, 2016).

Ela assegura não ter recebido no Curso Normal o preparo necessário para exercer a função de diretora e sim nos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, mas quando já não era

diretora de Grupo. Os primeiros cursos eram destinados aos docentes e depois destinados aos (às) diretores(as).

Maria da Graça Silva Sousa é filha de Benedita Chuvas Silva e Eduardo Luz e Silva, o pai era agente da Estrada de Ferro e a mãe dona de casa, eles são pais também de Antônio Daniel, José Tarciso, Maria Lígia e José Ramiro, médico, foi deputado e reside no estado de Roraima; Maria Lígia faleceu muito jovem, afogada no Rio Parnaíba. Essa perda foi narrada logo no início da entrevista, assim como o falecimento de sua mãe, que lhe deixou marcas.

As perdas e a paralisia infantil não fizeram Maria da Graça Silva desistir da escola, ela cursou o primário em uma escola da cidade maranhense de Codó, depois o pai foi transferido do serviço para trabalhar na cidade maranhense de Caxias, onde Maria da Graça continuou seus estudos no Colégio São José das Irmãs Capuchinhas. Sobre isso, ela lembra: “[...] era um colégio muito enérgico, muito bom”. Fez o Curso Normal também na cidade, concluindo-o em 1958. A opção pelo curso foi do pai, ela rememora: “[...] Meu pai que escolheu, queria porque queria que eu fosse professora, então, eu fui estudar para ser professora. Aceitei, ele queria, aí eu fui fazer Normal pelo pedido e insistência dele, ele queria que eu fosse professora. Eu acabei gostando” (MARIA DA GRAÇA SILVA, 2016).

Eleodória Jacinta Cantanhêde é filha de Mariano Tiago Cantanhêde e Zeferina Genésio Catanhêde, seus irmãos e irmãs também estudaram, uma delas é professora e foi diretora. Sua vida escolar iniciou em 1939, na cidade maranhense de Axixá, onde cursou o Primário e o Ginásio, depois estudou na Escola Normal de Morros, concluindo-o em 1960. Sobre a opção profissional, foi escolhida pelos pais. A Escola Normal era muito rígida, dessa feita, precisou dedicar-se bastante ao Curso. Mas a recompensa veio, pois através dos estudos conseguiu ajudar a família.

Eliete Monteiro Lima é filha de Isabel dos Santos Monteiro e José dos Santos Monteiro, ela teve oito irmãos (as), é a penúltima filha. Mas dois deles são filhos do segundo matrimônio do pai. Perdeu a mãe, quando era da idade de 3 anos e o pai com 4 anos. Sua tia Zumira, que já era mãe de doze filhos, assumiu a guarda de sete crianças, entre elas Eliete. Todos os irmãos estudaram e três irmãs são

professoras: Teresa, residente no Rio de Janeiro, Iracema e Maria Madalena.

Eliete Monteiro iniciou os estudos aos setes anos, no município de Itapecuru Mirim, na Escola Agrupada. Em seguida, concluiu o primário no Grupo Escolar Gomes de Sousa, local onde se tornaria diretora. Depois, seguiu para o Ginásio Rosa Castro, na capital maranhense e, por fim, o Curso Normal no Instituto de Educação. Apesar das perdas familiares, não houve interrupções em seu percurso escolar.

Ela escolheu ser professora pelas seguintes razões: “[...] Porque eu idealizava ser professora, meu sonho era ser professora, estudei com muita dificuldade, mas estudei. Porque eu via meus professores e aí eu peguei o gosto pela profissão. A melhor coisa da minha vida, pois o meu sonho era ser professora.” Acerca da formação recebida no Instituto de Educação, ela relembra: “Foi suficiente, o ensino era rigoroso. Fiz estágio só em sala de aula” (ELIETE MONTEIRO, 2016).

Eladir Lourdes Ferreira Pereira é filha única de Maria de Lourdes Ferreira Pereira e Odesio Pereira, a mãe fez até o terceiro ano do curso Primário e o pai concluiu o Ginásio Comercial, no Centro Caixeral, trabalhava na Fábrica Martins na seção de algodão. Fez o curso de mestre de obras nos Educandos Artífices. A mãe era costureira, confeccionava chapéu, ofício aprendido com uma francesa.

Sua vida escolar iniciou aos sete anos no Grupo Escolar Barbosa de Godóis, no segundo ano do Curso Primário, transferiu-se para o Grupo Sotero dos Reis, concluiu o Curso Normal em 1958. Cursou Filosofia, Letras e Pedagogia, esse último na década de 1970, especializou-se em Inspeção Escolar e Estatística, em Minas Gerais. Participou de vários cursos de formação, um deles ocorrido em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, acerca da Lei nº 5.692, 11 de agosto de 1971.

Eladir iniciou bem cedo o ofício de ensinar, aos 14 anos já lecionava para os filhos da vizinha. O pai adquiria coleções de livros da área de História, Música e Religião influenciando o gosto da filha pela leitura, mas sua mãe teve papel decisivo ao lembrar a filha que ela não seria costureira e sim professora. A esse respeito, Eladir lembra:

Meus pais estudaram pouco. Quando eu recebi o meu diploma do curso normal coloquei na mão de meus pais, quando eu recebi o de Filosofia e Letras coloquei na mão deles. Chorei muito, muito, muito, quando eu recebi o de Pedagogia, entreguei na mão de papai, ele ficou me olhando muito tempo e me disse: tua mãe está contente onde ela está. Minha mamãe tinha muito orgulho. (ELADIR PEREIRA, 2016)

Eladir ingressou na Escola Normal em 1955, aos 15 anos de idade, o curso teve duração de 3 anos, incluindo o estágio. Ela recorda um episódio da época, quando uma aluna mandou uma criança provar o leite na palma de sua mão, atitude reprovada pela professora Cleonice Lopes, ela atribuiu nota oito à aluna, e recomendou que deveria utilizar um copo na próxima vez.

No estágio, as alunas acompanhavam as diretoras de Grupos Escolares. Recorda ter estagiado também no Colégio de Aplicação, embora os estágios também contemplassem escolas de bairros mais periféricos, onde as crianças eram de nível socioeconômico menor, porque no Colégio de Aplicação era, nas palavras de Eladir, “só gente chique”. As alunas em grupo de três foram para escolas dos bairros do Anil, Fátima e Liberdade. Ela refere não ter tido dificuldade em sala de aula, pois já ensinava os (as) filhos(as) da vizinhança. Hoje, um deles é advogado e outra é promotora.

Ela relata que à época, os castigos físicos eram proibidos, não se podia gritar com aluno (a), questões bem enfatizadas na Escola Normal. Enfatizava-se o trabalho em equipe, inventaram a identificação dos (as) alunos(as) sobre a carteira. Em tom de nostalgia ela narra:

Até hoje eu sinto saudade daquela época que a criança tinha de cantar, antes de entrar na sala de aula, tem gente que não sabe o Hino do Maranhão. Era o Hino do Maranhão, da Independência. Tinha uma música assim “entrando na nossa escola, cantamos com alegria, saudamos a professora bom dia! bom dia!” Aí tocava o sino, entrava o 1º ano, depois o 2º ano. Na Escola Modelo eu coloquei isso de volta, as professoras ficavam me olhando. (ELADIR PEREIRA, 2016)

Eladir recorda também ter aprendido na Escola Normal com o exemplo da professora Rosário Nina, que lecionava ensino prático. Ensinou como ser professora, a organizar uma sala de aula, a organização como um todo da escola, os livros, as atas e recomendava que cada professora deveria ter um caderninho.

Em sua constituição como professora também se inspirou no exemplo de outra docente, Maria Ferreira, superintendente de ensino de São Luís e do interior. Segundo Eladir, “[...] ela era competentíssima, uma mulata alegre, não era pernóstica” (ELADIR PEREIRA, 2016).

Eladir relatou sobre a formação recebida no Curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Maranhão, na década de 1970, especificamente sobre a literatura de administração escolar. Uma das professoras da disciplina não podia emprestar os seus livros, por isso, organizou apostilas e as alunas adquiriam o material, até hoje ela guarda o material. Uma ressalva feita por ela sobre o curso, diz respeito ao fim das habilitações no curso de Pedagogia, em suas palavras: “[...] porque talvez você não tenha dom para ser administrador. No sexto período a turma se esfacelava um grupo ficava para administração, outro para supervisão, outro orientação, não tinha inspeção aqui, por isso, que nós fomos para João Pinheiro, porque não tinha aqui” (ELADIR PEREIRA, 2016).

Sobre a formação profissional das diretoras, as únicas que escolheram ser professora foram Eliete Monteiro e Maria do Nascimento, embora a força das circunstâncias pessoais como o fato de ser órfã contribui para que Eliete tivesse autonomia para decidir e Maria do Nascimento, por sua condição socioeconômica baixa contribuiu para que optasse por um curso destinado às filhas de famílias pobres da época. As demais acataram a decisão de pais e parentes responsáveis economicamente por elas.

O magistério continuou como possibilidade de assegurar emprego para as mulheres. Mas se faz necessário entender a dupla face desse movimento no início do século XX e perdura por mais algum tempo no Brasil, como explica Almeida (1998), pois ao mesmo tempo em que o magistério primário possibilitou às mulheres a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho, aliando ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que “ser professora” se tornasse

extremamente popular entre as jovens. Para as mulheres que almejavam liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional.

Porém, na década de 1970, o cenário brasileiro se alterou tanto que Almeida (1998) acrescenta que no magistério, definitivamente feminizado, paulatinamente, elas têm alguns direitos assegurados, entre os quais jornada de trabalho compatível, salários não diferenciados para homens e mulheres, aposentadoria aos 25 anos de serviço, licenças de saúde e maternidade, embora a profissão continuasse mal remunerada.

Mesmo com as adversidades, tornar-se professoras foi um marco no percurso pessoal e profissional das diretoras entrevistadas. O início da trajetória profissional de Socorro Leite aconteceu logo após a conclusão do Curso Normal, no município de Presidente Vargas, quando foi convidada pelo prefeito da cidade, Luís Alberto Coqueiro (1970-1972), para assumir a função de professora no Grupo Escolar Santa Luzia e no mesmo ano assumiu a direção da escola. Nessa cidade, ela lecionou no Ginásio Bandeirantes, no turno noturno, concomitante ao trabalho de diretora no Grupo. Em 1998, lecionou Língua Portuguesa e História no Ensino Médio, experiência que durou apenas um ano, pois as disciplinas ficavam nos últimos horários e a escola era distante de sua residência, dificultando o acesso. Ela lembra com satisfação desse período, e sempre que reencontra ex-alunos (as), eles(as) a tratam com respeito e saudade dos bons tempos vividos na escola. Ela rememora, em meio a lágrimas, aquele tempo de professora: “Mas até hoje meus ex-alunos dizem: ‘oh professora!’ Dizem professora todo tempo, D. Socorro não, professora! Tem aquele maior respeito, professora, como está a senhora? Hoje, eu vejo até as minhas netas, elas olham as professoras e não dão aquele valor, como era” (SOCORRO LEITE, 2016).

Hoje, ela colhe os frutos do trabalho desenvolvido na cidade como professora, tanto que ao transitar pelos locais públicos dificilmente alguém não lhe reconhece como professora Socorro, alguns lhe agradecem por terem sido alfabetizados por ela. Além daqueles (as) que concluíram o Curso Superior.

Após essas experiências como docente em Presidente Vargas, ela retornou a São Luís, onde lecionou por um ano em escolas

municipais da capital. Ela explica o porquê do retorno à sala de aula, às vésperas da aposentadoria: “[...] aí eu fui para sala de aula, mas por inteligência, porque eu já tinha minhas gratificações como diretora, mas eu poderia ter meu incentivo de sala de aula como professora” (SOCORRO LEITE, 2016).

Maria do Nascimento Ferreira Abreu relatou que logo após concluir o curso Normal, foi convidada por uma colega, professora em Presidente Vargas, para trabalhar como docente no Grupo Escolar Santa Luzia, convite logo aceito em 1972. Outra experiência como docente foi em São Luís na Unidade Escolar Geraldo Melo. Ela também foi secretária do Ginásio Bandeirantes, o seu trabalho, enquanto professora, secretária e diretora lhe renderam a alcunha de Maria Professora, como até hoje é conhecida na cidade, o referido codinome ela percebe como reconhecimento.

Maria da Graça Silva Sousa relembra a inserção como professora no curso primário e depois no Ginásio. Concluído o Curso Normal em Caxias, seu pai conseguiu, com a indicação de um deputado, uma vaga para Maria da Graça lecionar no Grupo Escolar Maranhão Sobrinho, em 1959. Após, vieram outros desafios. Participou da implantação do Ginásio Bandeirantes na cidade maranhense de Timbiras.

A organização do Ginásio Bandeirantes ficou a cargo das professoras que também lecionavam no Grupo. Elas decidiram as funções, e o cargo de diretora do Ginásio ficou sob a responsabilidade da professora Maria de Lourdes Coelho. No Ginásio, Maria da Graça lecionou quatro matérias, entre elas Estudos Sociais. Além dessa experiência, lecionou também no Curso Normal. Ela explica que quando as professoras chegaram para trabalhar no Grupo, só havia na cidade o curso primário, foi o grupo dessas professoras quem organizou o Grupo Escolar e Ginásio Bandeirantes.

A esse respeito, considero importante o que diz Almeida (1998), para quem a historiografia está em débito no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelas mulheres como profissionais da educação. É preciso tirar da obscuridade as professoras que se encarregam no país, há mais de um século, da educação fundamental, apesar das visíveis dificuldades enfrentadas por elas.

Enquanto professora, Maria da Graça considerava-se energética, mas era respeitada tanto à época, quanto hoje. Ela relembra dois episódios na carreira docente, em um deles pediu que o aluno lavasse o chão após ter urinado em sala de aula. No outro, deixou os alunos fora da sala, após o toque da sirene, eles suplicaram para entrar em sala, mas não deixou. No entanto, reconhece que valeu à pena, hoje, alguns deles são médicos e têm respeito pelo trabalho da professora.

Eleodória Jacinta Catanhêde ingressou na docência em 1963, como professora na Escola Reunida Senador Vitorino Freire, instituição que depois se transformou em Grupo Escolar, localizada na cidade maranhense de Presidente Juscelino.

Para Eliete Monteiro Lima, a idealização de tornar-se professora não demorou a se concretizar. Logo, em 1960, foi nomeada para uma vaga no Grupo Escolar Gomes de Sousa, depois lecionou em outras instituições no mesmo município: Leonel Amorim, Ginásio Bandeirante, Cônego Albino Campos.

Sobre o trabalho exercido como professora no Grupo Escolar, ela recorda ter se apoiado nos princípios da Escola Nova, e não colocava alunos (as) de castigo, contrariando as recomendações de uma diretora que queria castigá-los, colocando-os de braços abertos, ajoelhados no milho. Acerca do Movimento da Escola Nova no Maranhão, Motta (2011) explica que a difusão do escolanovismo no estado apresentou vias múltiplas e específicas, entre as quais a formação de recursos humanos com o envio para os centros nacionais e internacionais, que empregavam o escolanovismo. Do tempo vivido por Eliete Monteiro como professora, ela obteve experiência necessária para assumir a direção do Grupo Escolar, em 1962.

Sobre a experiência de Eladir Lourdes Ferreira Pereira como professora, ela relembra que seu ofício começou cedo, conforme aludido acima, mas o emprego formal foi conquistado em 1958, quando foi nomeada para trabalhar em uma escola na localidade de Iguaiá, município maranhense de São José de Ribamar, a indicação da escola veio por meio de sorteio. Suas colegas não quiseram ir para lá por conta da dificuldade de transporte, pois o ônibus saía de São Luís por volta de meio dia e só retornava às três da manhã. Sobre essa

locomoção, Eladir lembra: “[...] era difícil, o jipe cor de rosa do estado, nós íamos com roupa suja, chegando lá trocava, poeira, lama, uma vez passamos numa poça funda, alagou o jipe” (ELADIR PEREIRA, 2016). Em outra ocasião, no município de Igarapé do Meio, o carro que levava as professoras ficou atolado.

Ao chegar para trabalhar como professora em Iguaiá, localidade da zona rural do município de Paço do Lumiar, na Escola Singular 14 de Novembro, ela acabou coordenando o trabalho das demais professoras, por ser a única normalista, as demais eram leigas, além de reger as turmas de 3º e 4º ano. A curiosidade em saber o porquê do nome “Escola Singular” foi respondida pela professora Maria Ferreira, segundo a qual, na Escola Reunida juntavam-se pessoas de diferentes idades para serem alfabetizadas, prática diferente da Escola Singular.

Ela trabalhou como docente em várias escolas, substituindo professoras e auxiliando diretoras. Recorda ter lido um livro intitulado Vamos estudar! Trata-se de uma história que se passava no cenário de uma fazenda Santa Margarida, onde as crianças passavam férias, havia um personagem que chamavam Fugêncio, trabalhava na fazenda, era pau para toda obra. Eladir se considerava parecida com esse personagem. Além das escolas públicas, foi professora em duas da rede particular, Dom Bosco e Colégio Conceição de Maria.

Enquanto professora ficou entristecida com o trabalho de algumas colegas, que eram rígidas, que gritavam em sala de aula, batiam na mesa, tentando impor o silêncio. Conheceu professoras que por disporem de melhor situação financeira só trabalhavam em jardim de infância para não se misturar com alunos maiores. Ela procurava ouvir as pessoas e defender os que davam mais trabalho, segundo ela, “[...] porque quando o menino é assim tem uma causa” (ELADIR PEREIRA, 2016).

Acompanhar as narrativas docentes levou-me a refletir sobre a constituição de uma categoria profissional que são as diretoras de grupos escolares, por isso, conhecer a formação profissional das diretoras, onde ocorreu, o motivo da escolha, a experiência na docência são aspectos importantes desse engendramento. A esse respeito Catani (1998) explica que o termo iniciação é o mais apropriado para dar conta dessas formas de compreensão destinadas

a favorecer o autoengendramento. Ademais, sobre as práticas de educação docente, ela diz que iniciar-se no sentido proposto é familiarizar-se com as significações pessoais e sociais dos processos de formação. Acrescenta que as próprias práticas profissionais dos indivíduos enquanto docentes devem aos processos formadores que eles experimentaram ao longo de seu desenvolvimento.

Sobre o conceito de prática, Certeau (2007, p. 109) assegura que “as práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como o dos procedimentos. São esquemas de operações e manipulações técnicas”. Além disso, as práticas são fabricadas, inventadas. Nesse sentido, Vidal (2009, p. 107) acrescenta que ao tomar as práticas escolares como objeto de pesquisa requer alguns cuidados:

[...] é preciso ter em conta que as práticas escolares constituem-se como práticas culturais. Ou seja, apresentam modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhados social e historicamente. Isto implica dizer que as práticas não são jamais individuais, a despeito de serem ativadas individualmente por cada sujeito. Mas também significa dizer que elas se exercitam em culturas específicas, o que nos faz interrogar não apenas acerca das relações históricas nas quais se produzem, mas circunstâncias escolares e educacionais em que foram geradas.

Outro aspecto importante das trajetórias das diretoras na docência, diz respeito ao deslocamento de professoras normalistas da capital do Estado maranhense para o interior ou até mesmo entre municípios interioranos já teve outras nuances, isso em tempos recentes, como mostra Tourinho (2008). Segundo a autora, formar-se professora pela Escola Normal permitia visibilidade, mas exigia tempo e dinheiro, condições nem sempre favoráveis a todas as moças maranhenses. Além disso, após formadas, por vezes, era impossível trabalhar longe do lar paterno, pois isso não era bem visto pela sociedade maranhense.

Desse modo, entendo que a luta das mulheres para obter diploma e exercer a profissão exigiu a audácia, característica tão cara para quem empreende ações difíceis ou perigosas.

CONCLUSÃO

Sobre o trabalho das professoras primárias, Almeida (1998, p.77) é contundente ao dizer que a história do magistério brasileiro é, sobretudo, “uma história de mulheres, de uma força invisível que lutou conscientemente e espontaneamente em defesa de suas crenças e de sua vontade”. Ademais, ela considera que os estudos sobre a voz e o pensamento das professoras permitiram concluir e até derrubar mitos ligados à esfera das mentalidades e representações, entre os quais, o de que a professora primária era passiva, outro o de que o magistério era uma profissão bem remunerada que conferia *status* social e excelente remuneração.

O processo de formação profissional das diretoras passou pela Escola Normal. Algumas fizeram o curso no Instituto de Educação do Maranhão nas décadas de 1950 e 1960. O curso organizava-se em três séries, e entre as disciplinas havia cadeira de Administração e Legislação Escolar que passou a constituir disciplina da 3ª série. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.462, de 31 de dezembro de 1946, o Instituto de Educação ministraria entre seus cursos de aperfeiçoamento Organização e Administração Escolar.

Sobre a formação profissional, vimos que o magistério não foi uma escolha da maioria das diretoras, algumas foram levadas pela força das circunstâncias como a pobreza, ser órfã, outras foram induzidas pelos pais à docência. Além disso, era uma das poucas oportunidades de profissionalização, a Escola Normal representou uma verdadeira universidade para elas, pois mencionaram as exigências do Curso, nas aulas teórico práticas, tanto que a autoconfiança desenvolvida levou algumas a dizer que não sentiram falta de cursar educação superior.

Quanto ao exercício do magistério, elas conseguiram emprego, tornando-se arrimo de família. As diretoras casadas e com filhos, tiveram que conciliar a dupla jornada no espaço público e privado. Mesmo assim, mencionam que foi pelo emprego que

conseguiram algumas conquistas. Nesse caso, é preciso considerar também que o sentido de conquista é uma representação das diretoras sobre o trabalho. Nesse viés, devem ser ponderados que os salários do magistério eram baixos no Brasil e ser professora, não significava, de modo generalizado, uma profissão prestigiada, tanto que a docência torna-se uma opção de trabalho para as mulheres de poucas condições socioeconômicas.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino monitoral/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil: volume II, século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 34-51.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CATANI, Denice Barbara. Práticas de formação docente. In: CATANI, Denice Barbara; Cyntia Pereira de Sousa (orgs). In: **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. p. 23-30.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Mulher e pedagogia: um vínculo re-significado**. Salvador: Helvécia, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MELO, Sandra Maria Barros Alves. **Formação de professores: o Instituto de Educação do Maranhão (1939-1973)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós Graduação em Educação. Campinas: PPPG/ Edu. UNICAMP, 2009.

MOTTA, Diomar das Graças; MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. O Maranhão e a reconstrução educacional (1952-1964). In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Anísio Teixeira na direção do Inep: programa para reconstrução da nação brasileira (1952-1964)**. Brasília: INEP, 2006, p. 227-249.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In.: ARAÚJO, José Carlos Souza et al. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 299-306.

MOTTA, Diomar das Graças. Os reflexos da Escola Nova no Maranhão. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

RODRIGUES, Fernanda Lopes. **A invisibilidade da mulher negra maranhense no estudo sobre a formação da professora na Escola Normal pública em São Luís (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação. São Luís: PPPG Edu/ UFMA, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)**. Imperatriz: Ética, 2008.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da (Org.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p.11-55.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Entrevistas

Maria do Socorro Leite Sampaio. Presidente Vargas, 16 de fevereiro de 2016. Entrevista concedida a Maria das Dores Cardoso Frazão. (A/A)

Maria do Nascimento Ferreira Abreu. São Luís, 5 de março de 2016. Entrevista concedida a Maria das Dores Cardoso Frazão. (A/A)

Maria da Graça Silva Sousa. Timbiras, 6 de março de 2016. Entrevista concedida a Maria das Dores Cardoso Frazão. (A/A)

Eleodória Jacinta Cantanhêde. Axixá. 19 de março de 2017. Entrevista concedida a Maria das Dores Cardoso Frazão. (A/A)

Eliete Monteiro Lima. São Luís, 16 de agosto de 2016. Entrevista concedida a Maria das Dores Cardoso Frazão. (A/A)

Eladir Lourdes Ferreira Pereira. São Luís, 31 de outubro de 2016. Entrevista concedida a Maria das Dores Cardoso Frazão. (A/A)

Recebido em: *Maio/ 2022*.

Aprovado em: *Janeiro/ 2023*.